

A COLONIALIDADE DAS NOTÍCIAS E A (IN)SOCIABILIDADE DE GÊNERO: O silenciamento jornalístico versus a agência em cartas-documento¹

The Coloniality of News and Gender (In)sociability: Journalistic Silencing versus Agency in Letter-Documents

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira ²
Danila Cal³

Resumo. Este artigo investiga como a colonialidade das notícias configura mecanismos de (in)sociabilidade na cobertura sobre a Amazônia, especificamente em relação ao protagonismo das mulheres. Através do Índice de Colonialidade das Notícias (ICN), analisou-se um corpus de 68 matérias sobre eventos pré-COP30 nos veículos G1, Sumaúma, Amazônia Real e Tapajós de Fato. Os resultados confirmam a hipótese de uma "insociabilidade mediada" no jornalismo hegemônico (G1), que registra um saldo de reforço colonial (IBC +344) e silenciamento das demandas de agência propostas por movimentos sociais em Cartas-Documento. Em contrapartida, o jornalismo contra-hegemônico restaurou a sociabilidade ao atingir criticidade máxima (TC 1,0), validando saberes ancestrais e redes de afeto. Conclui-se que a descolonização das notícias exige uma desobediência epistêmica que transcenda a lógica de exploração e reconheça as mulheres amazônicas como sujeitos políticos centrais.

Palavras-Chave: Colonialidade das notícias 1. Jornalismo 2. Amazônia 3.

Abstract: This article investigates how the coloniality of news shapes mechanisms of (un)sociability in coverage of the Amazon, specifically regarding the protagonism of women. Using the News Coloniality Index (ICN), a corpus of 68 articles on pre-COP30 events from the news outlets G1, Sumaúma, Amazônia Real, and Tapajós de Fato was analyzed. The results confirm the hypothesis of a "mediated unsociability" in hegemonic journalism (G1), which registers a balance of colonial reinforcement (IBC +344) and silencing of agency demands proposed by social movements in Letters-Documents. In contrast, counter-hegemonic journalism restored sociability by reaching maximum criticality (TC 1.0), validating ancestral knowledge and networks of affection. It concludes that the decolonization of news requires an epistemic disobedience that transcends the logic of exploitation and recognizes Amazonian women as central political subjects.

Keywords: News coloniality 1. Journalism 2. Amazon 3.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade no. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA), doutoranda pelo PPGCOM/UFPA, tina.vieirademelo@gmail.com.

³ Docente no PPGCOM/UFPA e uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA), Doutora em Comunicação pela UFMG, danilacalufpa@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO: A NOTÍCIA COMO VETOR DE (IN)SOCIABILIDADE

Quando o jornalismo opera sob uma lógica colonial, ele não apenas dissemina informações incorretas, como também desarticula ativamente as sociabilidades ao impor uma comunicação vertical e assimétrica. Essa abordagem estabelece um “nós” hegemônico e um “outro” subalternizado, como os povos amazônicos, que são reduzidos a “recursos a serem explorados”. Tal dinâmica impede a ocorrência de interações horizontais e plurais (Costa, 2021; Costa *et al.*, 2011; Ijuim, 2023; Lago; Gonçalves; Kazan, 2023; Loose; Kolling; Capeletti, 2023; Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023).

Este artigo se fundamenta na premissa central da persistência da colonialidade do poder, que classifica os sujeitos subalternizados como “recursos a serem explorados”, negando sua agência epistêmica. Consequentemente, esse jornalismo reproduz e normaliza a representação desses sujeitos subalternizados de maneira estereotipada e sem agência, sempre à margem do direito de falar sobre si.

Javorski e Alencar (2023), Loose e Girardi (2021) reiteram que a lógica colonial, presente em determinados tipos de jornalismo, reproduz versões desumanizadas desses sujeitos, que reforçam estereótipos e desqualificam o saber desses sujeitos, colocando-os em lugar de “não existência” e subordinando os conhecimentos tradicionais em prol de uma racionalidade hegemônica que reitera a divisão do mundo entre os sujeitos que podem e aqueles que não podem falar.

Costa (2021) enfatiza que essa dinâmica midiática contribui para a invisibilidade e o anonimato das populações locais, perpetuando uma estrutura de poder que as posiciona como o “outro” periférico de uma narrativa hegemônica. Para Bassi (2020), essa estrutura de poder legitima a exploração de recursos naturais e das expressões culturais dessas comunidades, reproduzindo práticas coloniais que imperam na região.

O corpus deste trabalho foi selecionado no recorte temporal de 1 a 31 de agosto de 2023. Foram analisadas 68 matérias jornalísticas sobre os eventos pré-COP30 realizados em Belém de 4 a 9 de agosto (Diálogos Amazônicos e Cúpula da Amazônia). As matérias foram publicadas em quatro veículos distintos: G1 (hegemônico, com 49 matérias selecionadas), Sumaúma (contra-hegemônico, com 9 matérias selecionadas), Amazônia Real (contra-hegemônico, com 9 matérias selecionadas) e Tapajós de Fato (contra-hegemônico, com 1 matéria selecionada). O objetivo não era apenas medir “colonialidade” como categoria abstrata,

e sim compreender como a colonialidade das notícias configura modos de ser e conviver na esfera pública, particularmente para as mulheres da Amazônia.

Os dados revelam um gradiente nítido de (in)sociabilidade. O G1, veículo hegemônico, apresenta um ICN Bruto de 0,5982, e a vasta maioria das ocorrências codificadas serve ao reforço das estruturas coloniais, resultando em um Índice de Balanço Colonial (IBC) de + 344. Em contraste, veículos como Sumaúma e Tapajós de Fato apresentam balanços positivos (IBC entre -13 e -119) e uma Taxa de Criticidade (TC) de 1,0 (100%). Contudo, o que significa essa diferença para a sociabilidade? A hipótese que guia este trabalho é que a colonialidade das notícias opera como mecanismo de (in)sociabilidade mediada: uma presença comunicacional que, ao registrar um balanço positivo, nega ativamente a alteridade das mulheres da Amazônia, impossibilitando formas horizontais de reconhecimento (Costa *et al.*; 2011) e (Esteves, 2022).

Em contraste, veículos que praticam jornalismo decolonial restauram a possibilidade de sociabilidade ao reconhecer redes de afeto, interdependência, cuidado, solidariedade como modos válidos de ser e conviver (Figueiredo; Santos, 2021).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A COLONIALIDADE COMO IMPEDIMENTO DE MODOS ALTERNATIVOS DE SER E CONVIVER

2.1 Colonialidade do poder e a negação da alteridade

Aníbal Quijano (2000) argumenta que a colonialidade configura um padrão de poder global que categoriza populações em grupos raciais e sociais hierarquizados. Essa classificação não se configura como um simples exercício de representação, mas sim como uma configuração ontológica que nega a possibilidade de agência aos sujeitos históricos, reduzindo-os a objetos passivos de uma narrativa externa.

Para Mignolo (2017), a colonialidade pode ser descrita como uma estrutura lógico-cognitiva de domínio colonial que subjaz ao controle de metrópoles e impérios, sendo a face oculta da modernidade. Essa colonialidade surge do sentimento de inferioridade imposto a sujeitos que não se encaixam no modelo eurocêntrico.

Na Amazônia, de acordo com Melo da Silva e Souza Aguiar (2023), essa lógica opera ao situar os povos originários e tradicionais como "recursos a explorar" ou "natureza a dominar", estabelecendo uma assimetria que impede o reconhecimento horizontal das vozes subalternizadas.

A estrutura lógico-cognitiva, identificada por Mignolo (2017) como a “face oculta da modernidade”, estabelece uma in-comunicação sistemática. Nessa estrutura, a racionalidade hegemônica desqualifica saberes produzidos a partir de perspectivas situadas, especialmente aquelas provenientes de mulheres, negras, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, impedindo que suas experiências influenciem os regimes de verdade no campo jornalístico (Moraes; Maia, 2021; Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023).

Nesse sentido, a colonialidade de gênero para Lugones (2020) é constitutiva desse padrão: ao impor o patriarcado como projeto colonial, mulheres amazônicas são posicionadas em uma dupla subalternidade (racial e de gênero), onde seus corpos são concebidos como territórios a serem docilizados e submetidos à lógica do homem branco europeu, conforme reitera (Barros, 2023).

Isso enfatiza a necessidade de compreendermos a invisibilização das mulheres da Amazônia nas notícias, considerando como a colonialidade de gênero estrutura a visibilidade e a invisibilidade na esfera pública, uma vez que essa estrutura de poder é fundamental para a compreensão de quais corpos são considerados legítimos e quais vozes são ouvidas, o que, por sua vez, codifica a discriminação social.

2.2 Colonialidade de Gênero e Dupla Subalternidade

Maria Lugones oferece uma perspectiva relevante ao teorizar a “colonialidade de gênero”, argumentando que o patriarcado não é um fenômeno universal, mas sim uma construção imposta como parte do projeto colonial. Mulheres indígenas e negras foram submetidas a uma colonialidade de gênero específica que as posiciona como duplamente subalternas: em razão de sua condição feminina, sujeitas à subordinação patriarcal, e em razão de sua condição de colonizadas, sujeitas à subordinação racial (Lugones, 2020).

Essa dupla subalternidade se manifesta por meio de mecanismos de controle que buscam “docilizar” os corpos femininos, conformando-os a um padrão patriarcal hegemônico que os concebe como inferiores e submissos aos homens. Essa imposição colonial do patriarcado relegou esses corpos a espaços subalternos, ancorada em uma perspectiva racializante que associa os colonizados à “natureza”, a fim de legitimar a dominação pelo homem branco europeu. (Barros, 2023)

A interseccionalidade constitui um elemento central para esta análise. Mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas vivenciam uma colonialidade de gênero que articula raça, gênero e territorialidade de maneira singular. As cartas-documento produzidas por mulheres

da Amazônia, como será demonstrado, articulam precisamente essa interseccionalidade ao propor conceitos como “corpo-território” e “guardiãs do planeta”. Esses conceitos desafiam a separação moderna entre corpo e natureza, afirmando que a defesa do território é inseparável da defesa da integridade física e cultural das mulheres, o que se contrapõe diretamente à lógica de exploração colonial (Costa de Souza, 2018; Tavares, 2024).

Para Esteves (2022), a colonialidade é entendida como a sujeitificação imposta desde a colonização, com a resistência surgindo da subjetividade ativa que nega essa condição. A luta, portanto, envolve a descolonização de mentes, corpos e instituições. Nesse contexto, mulheres da Amazônia protagonizam uma luta coletiva contra as opressões interseccionais que atravessam seus corpos-territórios.

2.3 Epistemicídio e a destruição de saberes

Epistemicídio pode ser entendido como a eliminação contínua e sistemática de saberes que não se alinham ao saber eurocêntrico. Esse movimento não se trata apenas de ignorância, retrata a negação da validade desses saberes. Isso cria uma hierarquia epistêmica que desqualifica os saberes dos povos subalternizados e colonizados, tornando cada vez mais evidente o tipo de conhecimento considerado válido.

Segundo Carvalho (2023), o epistemicídio é, portanto, um componente central da colonialidade. Ele não apenas destrói conhecimentos; ele estrutura quem tem direito de falar e sobre o quê. No contexto do jornalismo, isso significa afirmar que, quando G1 invisibiliza pajés, parteiras e benzedadeiras (como será analisado por meio da variável V1.3), não está simplesmente omitindo informações, é a manifestação do epistemicídio negando a validade e as formas de conhecimento que não são consideradas válidas pela lógica eurocêntrica.

Essa negação ativa opera por meio da imposição de uma racionalidade universal que desqualifica a experiência, a oralidade e os conhecimentos corporificados, invalidando estruturas de produção de conhecimento que se distanciam da dimensão abstrata hegemônica (Oliveira; Portella; Katona, 2021; Silva Soares; Medina Mendonça; Ramalho de Oliveira, 2025).

2.4 Subalternidade e a impossibilidade de fala direta e agência

Gayatri Spivak (2010) levanta a questão: “Pode o subalterno falar?”. A resposta é inquietante: não, não sem ser reinterpretado por intermediários. A fala do subalterno e do colonizado é sempre mediada, sendo relevante a atuação de indivíduos que desafiem essa lógica, para que o subalterno possa se expressar e ser ouvido.

É pertinente entender quem são esses mediadores, que, segundo Beltrão, Barata e Aleixo (2017) e Amadeu Cardoso do Nascimento (2024), podem emergir da elite intelectual ou jornalística, filtrando e traduzindo essas vivências subalternizadas para adequá-las ao consumo hegemônico, suprimindo ou alterando as reivindicações para manter a configuração da lógica hegemônica vigente. A ausência de fala direta é resultado da violência epistêmica, que elimina os signos, valores e representações que emergem desses sujeitos colonizados, constituindo a subalternidade que atende às estruturas de poder e controle, impedindo esses sujeitos de serem reconhecidos como políticos.

Spivak (1988) argumenta que a subalternidade não se caracteriza pela invisibilidade, mas sim pela impossibilidade de expressão verbal. Este ponto é fundamental para nossa argumentação: o G1 não apenas invisibiliza as mulheres da Amazônia; ele nega a essas mulheres a possibilidade de expressão verbal direta.

A autora argumenta que essa interdição discursiva não se limita à negação da agência, mas também à obliteração desses sujeitos subalternos pelo discurso hegemônico. Esse discurso sustenta a dominação masculina e colonial ao negar legitimidade à enunciação autônoma dessas mulheres.

Essa interdição discursiva, conforme aponta a autora, não corresponde à ausência de agência, mas à obliteração do sujeito subalterno pelo discurso hegemônico, que mantém a dominação masculina e colonial ao negar legitimidade à sua enunciação autônoma (Melo; 2021); Amaral Paz; Rodrigues Pereira; Rúbia da Silva, 2022).

2.5 Representação, identidade e modos de ser

A representação não está apenas ligada “ao reflexo no espelho da realidade” (cabe sempre questionar que realidade é essa), trata-se de uma construção discursiva que produz significados e subjetividades que são trocados entre os sujeitos de uma cultura. Essa construção discursiva não apenas reflete a realidade, mas atua na constituição das identidades sociais, pois é por meio dessa representação que os indivíduos e grupos compreendem suas características e adquirem o conhecimento do senso comum (Carvalho; Cardoso, 2023).

Logo, a representação midiática se configura como uma prática de poder que estabelece identidades e naturaliza disparidades. Os discursos hegemônicos se consolidam historicamente para atender a interesses econômicos e políticos específicos (Lopes, 2019). Dito isso, entende-se que diferentes representações produzem diferentes modos de ser. Dessa forma, quando G1 representa mulheres da Amazônia como “vítimas vulneráveis”, produz um modo de ser

específico: o da subalterna que precisa ser "salva". Quando Sumaúma as representa como "protagonistas políticas", produz outro modo de ser: o da mulher com agência e posicionamento próprio.

Quando essa produção discursiva rompe com a lógica do jornalismo hegemônico, elimina também a lógica da vitimização e permite que sujeitos antes subalternizados emergjam e questionem as estruturas de poder que os colocaram naquele lugar de opressão. Essa agência política, conforme apontam os estudos sobre subalternidade, emerge justamente do lugar onde a consciência crítica permite subverter a ordem estabelecida, transformando a posição de falas sufocadas em um espaço de resistência ativa (Moraes, 2018).

2.6 Sociabilidade, interação mediada e redes de afeto

Para Simmel (2006), a sociabilidade é a "forma lúdica" da associação, quando o impulso de união se realiza plenamente, sendo a base dessa união a reciprocidade. Dito isso, o autor reforça que a sociabilidade pura exige uma "democracia de iguais", na qual a subjetividade de um não pode "esmagar" a do outro. Portanto, ao reduzir as mulheres da Amazônia a objetos de pauta ou "recursos", o jornalismo hegemônico rompe essa reciprocidade ética, transformando o que deveria ser um encontro associativo em um monólogo colonial de dominação.

Essa dinâmica de exclusão encontra eco no conceito de "insociável sociabilidade", de Kant (1784). Ele argumenta que a natureza humana é movida por um antagonismo: a inclinação para se associar, tensionada por uma "resistência" constante ao outro, derivada do desejo de moldar o mundo à própria vontade. No contexto do ICN, o G1 assume o papel dessa resistência ao ignorar sistematicamente os saberes das Cartas-Documento (registrando o menor ICN Específico do *corpus*). Enquanto as mulheres da Amazônia propõem nos documentos a sociabilidade de cuidado e "corpo-território", a mídia hegemônica resiste a esse encontro, preferindo a manutenção de uma estrutura que é em prol de uma racionalidade técnica.

A Teoria do Agir Comunicativo discutida por Habermas (1989) propõe que a base da sociedade e da democracia não deve ser a força ou a manipulação, mas o entendimento mútuo alcançado por meio do diálogo. Outrossim, a colonialidade das notícias pode se configurar como uma patologia da razão, no ponto de vista do autor, uma vez que oblitera dos sujeitos subalternizados a possibilidade de se 'enxergarem' como são nas narrativas dos veículos hegemônicos.

O elevado Índice de Reforço Colonial (IRC=445) do G1 demonstra o predomínio dessa ação estratégica, quando a comunicação serve para fixar uma hegemonia e não para promover

o consenso deliberativo. Entretanto, essa "(in)sociabilidade" da esfera pública burguesa é desafiada pelo que Nancy Fraser (1990) define como contrapúblicos subalternos. As cartas-documento são a materialização desses contrapúblicos: arenas discursivas paralelas onde grupos subordinados inventam e circulam contra-discursos (Fraser, 1990, p. 67). Ao atingirem a Taxa de Criticidade máxima (TC 1,0), os veículos contra-hegemônicos funcionam como canais de ressonância desses contrapúblicos, restaurando a sociabilidade ao validar subjetividades que a esfera pública hegemônica insiste em invisibilizar.

Dessa maneira, a mídia fornece discursos a partir dos quais são articulados significados, práticas e valores sobre a região, localizando, qualificando e classificando os fatos de acordo com um mapa da realidade social que pode reforçar hierarquias existentes (Mendes, 2019).

Em contraste, as cartas-documento das mulheres da Amazônia articulam conceitos como Bem Viver, modelo de convivência baseado em relações harmônicas entre humanos e natureza, em vez de dominação. Elas também articulam redes de afeto: cuidado, interdependência, ancestralidade e solidariedade como formas de resistência à colonialidade. Essas redes de afeto e cuidado, ao serem publicizadas, subvertem a lógica midiática da distribuição unilateral da informação e reordenam as estruturas de poder ao fazer emergir novos sujeitos políticos no ciberespaço (Oliveira *et al.*, 2023).

3. METODOLOGIA - O ÍNDICE DE COLONIALIDADE DAS NOTÍCIAS - ICN

3.1 Estrutura do ICN

O Índice de Colonialidade das Notícias - ICN é um índice desenvolvido para medir e classificar colonialidade das notícias em narrativas jornalísticas sobre a Amazônia. Ele compreende 18 variáveis organizadas em 5 dimensões, podendo classificar essas variáveis em um contexto geral e específico.

Para a construção de 15 das 18 variáveis, foram utilizadas teorias coloniais e decoloniais, estudos de gênero, produções de teóricos(as) da Amazônia (entre elas uma entrevista com o professor Dr. Manuel da Sena Dutra, da qual emergiu o conceito de colonialidade das notícias). A partir de cartas-documento elaboradas por coletivos de mulheres da Amazônia, emergiram 3 variáveis específicas, que buscam fazer ecoar as vozes dessas mulheres e tornar o ICN um instrumento que não reproduza a colonialidade ao falar delas e por elas, e sim uma maneira de reforçar a necessidade e a relevância de trazer para a realidade do

jornalismo e para a academia, a importância de não apagar essas vozes e sim e incluí-las e aprender com elas.

O ICN é dividido em cinco dimensões nas quais a colonialidade pode operar, partindo do tripé da colonialidade: Colonialidade do Ser, do Saber e do Poder e incorporando duas dimensões que oferecem uma perspectiva local (regional) à análise por meio da Colonialidade Territorial e da Colonialidade Ambiental. Dito isso, cada dimensão tem variáveis que recebem pesos que são distribuídos de forma equivalente entre cada dimensão (cada dimensão tem 20%) e que buscam “medir e classificar” as seguintes presenças nas narrativas:

- Colonialidade do Ser (3 variáveis):
 - V1.1: Estereótipos sobre Povos Amazônicos: 6.67%
 - V1.2: Representação das Mulheres: 6.67%
 - V1.3: Invisibilização de Liderança Espiritual Feminina: 6.67%
- Colonialidade do Saber (3 variáveis):
 - V2.1: Contextualização dos Eventos: 6.67%
 - V2.2: Complexidade da Região: 6.67%
 - V2.3: Hierarquia de Fontes: 6.67%
- Colonialidade do Poder (4 variáveis):
 - V3.1: Linguagem Salvacionista: 5%
 - V3.2: Amazônia como Recurso: 5%
 - V3.3: Contextualização Histórica: 5%
 - V3.4: Naturalização de Desigualdades: 5%
- Colonialidade Territorial (4 variáveis):
 - V4.1: Distinção Territorial: 5%
 - V4.2: Relação Mulher-Território: 5%
 - V4.3: Individualização: 5%
 - V4.4: Fragmentação Corpo-Território: 5%
- Colonialidade Ambiental (4 variáveis):
 - V5.1: Epistemicídio Ambiental: 5%
 - V5.2: Despolitização Ambiental: 5%-
 - V5.3: Invisibilização de Perspectivas Interseccionais em Questões Climáticas: 5%
 - V5.4: Sustentabilidade Hegemônica: 5%

3.2 As variáveis emergentes das cartas-documento: V1.3, V4.4, V5.3

A segunda camada do ICN compreende três variáveis emergentes, fundamentadas nas demandas das mulheres da Amazônia, expressas em cartas-documento:

V1.3 - Invisibilização de liderança espiritual feminina

Fundamentação: as cartas-documento mencionam pajés, parteiras, benzedadeiras, mães de santo, curandeiras como lideranças políticas e espirituais. Essas mulheres se consideram guardiãs de conhecimentos ancestrais e tomadoras de decisão comunitárias.

Codificação:

A codificação foi feita de maneira concomitante à análise qualitativa, ao passo que a codificação binária (0 e 1) é acompanhada das letras R ou C que indicam o reforço colonial ou a crítica à colonialidade. A codificação N/A é aplicada quando a temática da narrativa é irrelevante para a variável.

1R (Reforço): folcloriza lideranças espirituais femininas ou as invisibiliza;

1C (Crítica): reconhece como autoridades políticas e espirituais;

0 (Ausência): não há colonialidade do ser em relação a lideranças espirituais;

N/A (não aplicável): a variável é irrelevante para a matéria.

V4.4 - Fragmentação corpo-território

Fundamentação: as cartas-documento articulam "corpo-território" como conceito integrado. Violência contra mulheres é inseparável de violência territorial. O corpo feminino é território colonizado:

1R (Reforço): separa violência de gênero de violência territorial; trata corpo e território como questões distintas;

1C (Crítica): conecta violência de gênero com violência territorial; reconhece corpo como território colonizado;

0 (Ausência): não há fragmentação;

N/A (não aplicável): a variável é irrelevante para a matéria.

V5.3 - Invisibilização de perspectivas interseccionais em questões climáticas

Fundamentação: as cartas-documento posicionam mulheres como "guardiãs do planeta", articulando interseccionalidade raça-gênero-ambiente. Mulheres indígenas, negras, quilombolas e ribeirinhas têm papel central na justiça climática.

Codificação:

1R (Reforço): trata mudanças climáticas como questão "técnica"; invisibiliza papel das mulheres;

1C (Crítica): reconhece o papel das mulheres na justiça climática; articula interseccionalidade;

0 (Ausência): não há invisibilização interseccional;

N/A (não aplicável): a variável é irrelevante para a matéria.

3.3 Codificação qualitativa: 1R vs. 1C

Em relação à versão anterior do ICN, a metodologia aqui proposta apresenta inovação metodológica ao definir que a codificação qualitativa é feita concomitantemente à codificação quantitativa. A utilização das letras R e C permite que o codificador atribua, no momento da codificação binária (0 ou 1), as letras que indicam que tipo de manifestação aquela codificação reforça:

1R (reforço à colonialidade): quando a colonialidade é mencionada para reforçar a visão hegemônica.

1C (crítica à colonialidade): quando a colonialidade é mencionada para expor e desconstruir a visão hegemônica.

0 (ausência de características de colonialidade): quando o texto não apresenta características de colonialidade.

Essa codificação permite distinguir entre "presença de características de colonialidade" e "crítica à colonialidade". Uma matéria pode ter alto ICN-Bruto, mas alta criticidade (Taxa de Criticidade), indicando que aborda temas coloniais com intenção crítica.

3.4 Indicadores derivados (análise qualitativa)

Índice de Reforço Colonial (IRC): soma de todas as ocorrências 1R. Mede quantas vezes a colonialidade é reforçada.

Índice de Consciência Crítica (ICC): soma de todas as ocorrências 1C. Mede quantas vezes a colonialidade é criticada.

Taxa de Criticidade (TC): proporção de vezes que a colonialidade é criticada vs. reforçada. $TC = ICC / (IRC + ICC)$. Pode variar de 0 a 1, onde 1 = 100% crítica.

Índice de Balanço Colonial (IBC): diferença entre reforço e crítica. $IBC = IRC - ICC$. Valores negativos indicam mais crítica que reforço.

3.5 *Corpus* e procedimentos

A coleta das matérias que compõem o *corpus* deste trabalho foi feita de maneira automatizada por meio da criação de um CSE⁴ (*Custom Search Engine*) no Google. Foram definidas palavras-chave (Diálogos Amazônicos e Cúpula da Amazônia) para buscar dentro do período estabelecido (1 a 31 de agosto de 2023) nos sites dos veículos já definidos e elencados dentro do CSE. A busca retornou 68 resultados, transferidos para uma planilha estruturada por meio de um *script* no APPScript. Dessa forma, no recorte temporal delimitado, houve a coleta de 68 matérias dos quatro veículos já definidos para o estudo, sendo que cada veículo retornou nas buscas as seguintes quantidades de textos: G1 (49 matérias, o que equivale a 72,1% do *corpus*), Sumaúma (9 matérias, o que equivale a 13,2% do *corpus*), Amazônia Real (9 matérias, o que equivale a 13,2% do *corpus*) e Tapajós de Fato (1 matéria, o que equivale a 1,5% do *corpus*). É importante ressaltar que o CSE buscou nos textos as palavras-chave predefinidas, contanto que elas aparecessem no texto, independentemente da localização.

O processo de codificação atribuiu a cada variável (por matéria) a codificação qualitativa com 1R, 1C, 0 ou N/A, sendo que cada variável comporta apenas uma codificação.

É importante ressaltar que as cartas-documento não integram o *corpus* de análise quantitativa submetido ao ICN, mas constituem a matriz epistemológica deste trabalho. A comparação aqui realizada não busca nivelar objetos de naturezas distintas, mas sim confrontar a representação mediática (o dizer sobre) com a autoenunciação política das mulheres da Amazônia (o dizer de si). Assim, as Cartas funcionam como o critério de validade que permite mensurar a (in)sociabilidade das notícias: o ICN Específico mede, precisamente, o grau de ressonância ou de silenciamento do jornalismo frente às demandas reais desses territórios.

4. AS CARTAS-DOCUMENTO: DEMANDAS POR RECONHECIMENTO E MODOS ALTERNATIVOS DE SOCIABILIDADE

4.1 Contexto das cartas-documento

As cartas-documento analisadas provêm de múltiplos movimentos de mulheres da Amazônia que foram elaboradas em momentos diferentes. Ao todo, foram analisadas sete

⁴ O mecanismo utilizado nesta pesquisa está disponível no endereço:
<https://cse.google.com/cse?cx=72a00f93ed8e4492d#gsc.tab=0>

cartas-documento, que, de acordo com Cecilia Peruzzo⁵ (informação verbal), constituem uma forma válida de manifestação de direitos e de coleta de informações. Abaixo estão listadas as cartas-documento utilizadas:

- 1) Carta da Rede de Mulheres Protetoras e Defensoras das Águas e das Florestas do Norte e Nordeste⁶
- 2) Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015⁷
- 3) Carta das Primeiras Brasileiras⁸
- 4) Carta do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia⁹
- 5) Carta pela vida e pelos corpos-territórios: “Nosso corpo é território! Somos as guardiãs do planeta pela cura da terra”¹⁰!
- 6) Carta dos Corpos-Territórios da IV Marcha das Mulheres Indígenas: Por nossos corpos e territórios, curamos a terra¹¹!
- 7) Carta da Marcha das Mulheres Indígenas: Território: nosso corpo, nosso espírito¹².

4.2 Demandas articuladas nas cartas

As cartas articulam demandas integradas que vão além de questões específicas de gênero: educação, saúde, segurança, empoderamento econômico, além de demandas por acesso a direitos básicos, mas articuladas de forma que reconheça a especificidade das mulheres amazônicas. Podem-se destacar alguns pontos relevantes, em especial para a elaboração das variáveis específicas do ICN:

⁵ Referente à fala da professora Cicilia Peruzzo na abertura da Conferência da XIX ABPCOM 2025, realizada na Universidade Federal do Tocantins.

⁶ Disponível em :<https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/12/FINAL-Carta-das-Mulheres-das-Floresta-30.03.2023.pdf>. Acesso em : 10 de fev. de 2026.

⁷ Disponível em: <https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em : 10 de fev. de 2026

⁸ Disponível em: <https://anmiga.org/carta-das-primeiras-brasileiras/>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

⁹ Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Carta-I-Encontro-Mulheres-Negras-Indigenas-e-Quilombolas-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

¹⁰ Disponível em: <https://anmiga.org/wp-content/uploads/2025/08/CARTA-PELA-VIDA-E-PELOS-CORPOS-TERRITORIOS-Nosso-corpo-e-territorio-Somos-as-guardias-do-planeta-pela-cura-da-terra.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

¹¹ Disponível em: https://anmiga.org/wp-content/uploads/2025/08/DOCUMENTO-FINAL-Carta-dos-Corpos-Territorios-da-IV-Marcha-das-Mulheres-Indigenas_.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

¹² Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

- Reconhecimento de lideranças espirituais femininas: pajés, parteiras, benzedadeiras, mães de santo, curandeiras são posicionadas como lideranças políticas, não como folclore. Isso fundamenta V1.3;
- Integração corpo-território na política: "Corpo-Território" emerge como conceito político central. Não se trata de uma metáfora; é articulação de que violência de gênero e violência territorial são inseparáveis. Isso fundamenta V4.4;
- Papel das mulheres na justiça climática: mulheres são posicionadas como "guardiãs do planeta", articulando interseccionalidade raça-gênero-ambiente. Isso fundamenta V5.3;
- Além de conceitos como Bem Viver e redes de afeto, as cartas propõem modelos alternativos de convivência baseados em interdependência, cuidado, solidariedade e ancestralidade.

4.3 Cartas como contraponto às notícias

As cartas-documento elaboradas por coletivos de mulheres indígenas, negras, ribeirinhas e quilombolas da Amazônia representam manifestações cruciais que evidenciam o protagonismo político e a potência de suas vozes na defesa de seus corpos-territórios e saberes ancestrais.

Contrariando a lógica colonial que historicamente as invisibiliza e estereotipa (Esteves; Cal, 2022), esses documentos se estabelecem como contrapontos diretos às narrativas midiáticas dominantes, que frequentemente reduzem a Amazônia e seus povos a "o 'outro' do Brasil" (Costa *et al.*, 2011) ou a imagens folclorizadas. Ao expressarem suas múltiplas realidades e demandas, essas mulheres desafiam o silenciamento e a negação de sua humanidade, que são aspectos fundamentais da colonialidade persistente.

A relevância dessas cartas-documento reside, portanto, na capacidade que elas têm de revelar que a ausência e o apagamento dessas mulheres das narrativas jornalísticas não se trata apenas de um lapso ou até mesmo de falta de informação e preparação dos profissionais desses veículos. Trata-se de uma escolha, de um aceno político e epistêmico que segue atrelado à colonialidade, relegando-as às margens.

Essa colonialidade também se manifesta na (in)sociabilidade mediada, quando o jornalismo, ao invés de comunicar, nega de forma ativa a alteridade dessas mulheres e as

impede de serem reconhecidas de forma horizontal, relegando-as a estereótipos e desqualificando seus conhecimentos tradicionais e locais (Costa *et al.*, 2011).

Assim, as cartas-documento atuam como instrumento de poder e de resistência, afirmando a complexidade das lutas dessas mulheres, o valor de seus conhecimentos e a urgência de uma escuta que transcenda a lógica colonial da mídia hegemônica.

A análise em contraponto da cobertura jornalística e das cartas-documento revela um contraste ontológico fundamental para a compreensão da (in)sociabilidade mediada. Enquanto o discurso noticioso hegemônico tende a fixar as mulheres da Amazônia no lugar da 'vulnerabilidade', como em narrativas que as descrevem meramente como “invisíveis” e/ou como estereotipadas, as cartas enunciam um protagonismo político, epistêmico, e as reconhecem como guardiãs da floresta e lideranças centrais.

Ademais, quando as notícias operam uma fragmentação e contrapõem, por exemplo, a violência de gênero à violência territorial, as cartas promovem uma integração epistêmica por meio do conceito de 'corpo-território', tratando-os como uma unidade política indissociável. Por fim, em contraponto à invisibilização das lideranças espirituais femininas nas matérias analisadas, os documentos produzidos pelos movimentos visibilizam e legitimam pajés, parteiras e benzedadeiras como autoridades ancestrais. Assim, as cartas-documento não apenas informam, mas restauram a sociabilidade ao substituir a imagem folclorizada ou silenciada por uma subjetividade política ativa e autorreferenciada.

5. ANÁLISE: (IN)SOCIABILIDADE MEDIADA VS. REDES DE AFETO

A análise dos dados, guiada pelo Índice de Colonialidade das Notícias – ICN, possibilita a transição da abstração teórica para a observação da notícia enquanto um vetor material de sociabilidade ou exclusão. O contraste entre o (G1) e os veículos contra-hegemônicos regionais deixa evidente que não se trata apenas de uma divergência de “opinião”, mas um abismo na densidade de escuta das demandas da região, podendo ser entendido como um posicionamento político e não apenas uma questão de construção das narrativas.

Na imagem abaixo, é possível perceber um panorama analítico qualitativo e quantitativo do *corpus* analisado, que oferece pistas de como essas narrativas estão representando as mulheres da Amazônia.

Médias dos indicadores ICN para cada veículo analisado									
Veículo	Matérias	ICN-Bruto	ICN-Clássico	ICN-Específico	IRC	ICC	TC	IBC	Ações
Sumaúma	9	0.7203 ↗	0.6149	0.1057	0.00	119.00	1.0000	-119.00	↓ Excel
Tapajós de Fato	1	0.7170 ↗	0.5500	0.1670	0.00	13.00	1.0000	-13.00	↓ Excel
G1	49	0.5982 ↗	0.5104	0.0879	445.00	101.00	0.1850	+344.00	↓ Excel
Amazônia Real	9	0.3741 ↘	0.2834	0.0909	0.00	65.00	1.0000	-65.00	↓ Excel

FIGURA 1- Dashboard da Calculadora ICN ¹³ com as estatísticas dos indicadores por veículo.
 FONTE: produzido pelas autoras a partir da Calculadora de Colonialidade das Notícias.

A figura 1 revela uma contradição pedagógica: o G1 possui um ICN Bruto de 0,5982, indicando que a Amazônia é um tema onipresente em sua cobertura. Contudo, seu ICN Específico é de apenas 0,0879, o menor de todo o corpus analisado. Isso prova estatisticamente que o veículo "fala da região", mas permanece "surdo" às chaves de leitura propostas pelas mulheres nas cartas-documento, como a relação corpo-território e a agência espiritual.

5.1 O Muro da insociabilidade: o abismo do ICN específico no G1

¹³ A Calculadora de Índice de Colonialidade das Notícias está em fase de desenvolvimento e é parte da metodologia que compõe o ICN. Por se tratar de inovação, e por ainda não ter o registro no INPI, não poderá ser apresentada neste trabalho.

No infográfico abaixo, é possível entender de maneira mais contundente os indicadores analisados:

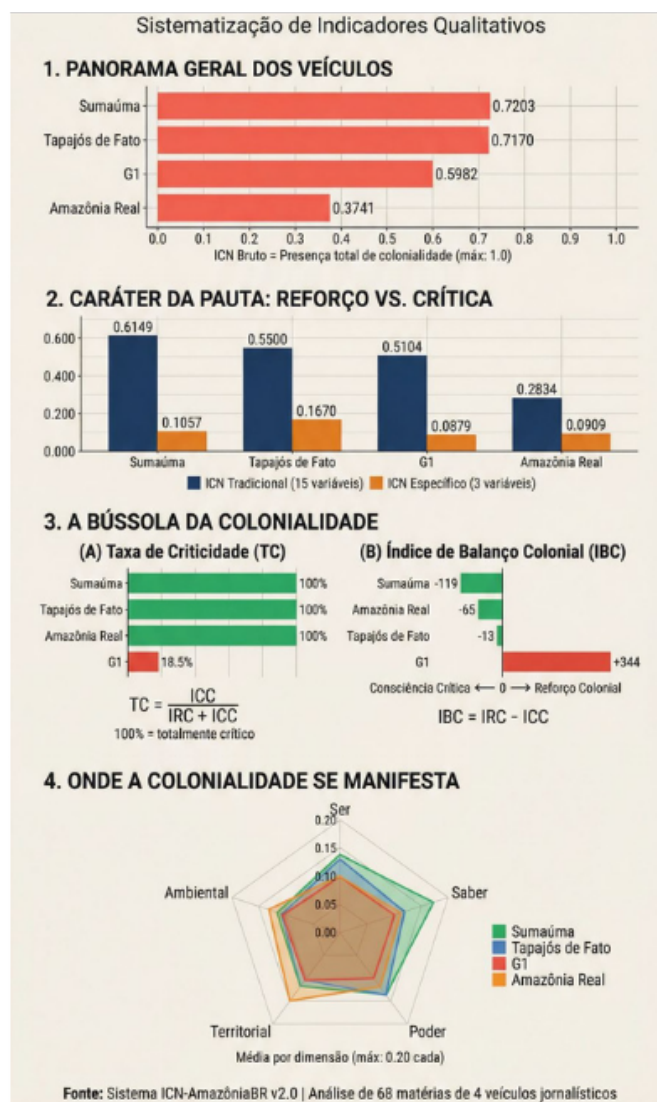


FIGURA 2 – Infográfico analítico da aplicação do ICN.

FONTE: produzido pelas autoras com uso de IA.

A comparação entre os indicadores reforça a presença de um abismo epistêmico entre o jornalismo hegemônico e o contra-hegemônico. Enquanto o G1 opera no espectro positivo do Índice de Balanço Colonial (IBC +344), consolidando-se como um vetor de (in)sociabilidade mediada, onde o reforço colonial (IRC=445) supera a consciência crítica (ICC=101), os veículos contra hegemônicos situam-se integralmente no espectro negativo do balanço, sinalizando o que podemos definir como restauração de sociabilidade.

Sumaúma (IBC -119), Amazônia Real (IBC -65) e Tapajós de Fato (IBC -13) atingem a Taxa de Criticidade (TC) máxima de 1,0, demonstrando que, nestes espaços, a notícia abdica da função de subalternização para se tornar um instrumento de denúncia, crítica e reconhecimento. Esse contraste é acentuado pela densidade do ICN Específico: enquanto o G1 permanece 'surdo' às demandas das cartas-documento (registrando apenas 0,0879), o Tapajós de Fato atinge o ápice da agência decolonial (0,1667), demonstrando que a mídia contra-hegemônica não apenas informa, mas valida modos de ser e conviver que a hegemonia insiste em silenciar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da hipótese que orientou este trabalho, de que a colonialidade das notícias opera como um mecanismo de (in)sociabilidade mediada, os resultados alcançados permitem confirmá-la de maneira contundente no que tange ao jornalismo hegemônico. O saldo positivo do Índice de Balanço Colonial (IBC de +344) registrado pelo G1 não é apenas um dado estatístico, mas a prova palpável de uma comunicação que, ao priorizar o reforço das estruturas coloniais, nega ativamente a alteridade das mulheres da Amazônia.

Essa dinâmica impossibilita o reconhecimento horizontal e a interação plural, confirmando que a '(in)sociabilidade mediada' se manifesta na escolha política de invisibilizar as agências e os saberes propostos nas Cartas-Documento. Em contrapartida, a pesquisa revela que este não é um destino inevitável do campo jornalístico: a existência de balanços positivos e taxas de criticidade máximas (TC=1,0) em veículos contra-hegemônicos aponta para a viabilidade de um jornalismo que atue como vetor de sociabilidade e reconhecimento, desde que pautado pela desobediência epistêmica e pela desaprendizagem das lógicas coloniais.

Outrossim, a colonialidade das notícias não se trata de uma questão técnica de "falta de informação", mas é um projeto político de negação de alteridade. Ela configura modos de ser e conviver que impedem o reconhecimento horizontal. O jornalismo com características decoloniais oferece um caminho alternativo: restaurar a sociabilidade por meio do reconhecimento da interdependência e das redes de afeto. Como apontam (Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023), é imperativo ampliar os estudos em jornalismo a partir da decolonialidade, refletindo a pluralidade sociopolítica nas práticas profissionais.

As mulheres da Amazônia já enunciaram essa demanda em suas cartas-documento: elas não aceitam o rótulo de "vítimas vulneráveis", se reafirmam como protagonistas políticas e

lideranças espirituais. O desafio para o jornalismo contemporâneo é praticar a desobediência epistêmica: reconhecer essas demandas em seus próprios termos e desmontar os arranjos de poder que estabelecem parâmetros excludentes de raça, gênero e classe (Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023). Somente por meio dessa "desaprendizagem" será possível um jornalismo que beneficie a leitura múltipla de sujeitos resistentes, relacionais e plurais (Amaral Paz; Rodrigues Pereira; Rúbia da Silva, 2022).

Essa desobediência epistêmica exige um compromisso com a reflexão decolonial em todas as etapas da produção jornalística, reafirmando-se como caminho possível para uma ciência de desaprendizagem que beneficie a leitura múltipla dos sujeitos resistentes, relacionais e plurais (Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023). É relevante explorar as potencialidades da inserção de vozes marginalizadas no discurso jornalístico, rompendo as limitações impostas pela mídia hegemônica e integrando contribuições contra-hegemônicas de forma mais ativa.

REFERÊNCIAS

AMARAL PAZ, A.; RODRIGUES PEREIRA, C.; RÚBIA DA SILVA, S. Pensando a etnografia na pesquisa em Comunicação: contribuições de abordagens decoloniais e feministas. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 10, n. 19, 2022. DOI: 10.4013/qt.2022.1019.04. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/22863>. Acesso em: 16 fev. 2026

AMADEU CARDOSO DO NASCIMENTO (ORG.). **Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença**. [s.l.] : Editora CLAECE, 2024. DOI: [10.23899/9786589284512](https://publicar.claec.org/editora/catalog/book/113). Disponível em: <https://publicar.claec.org/editora/catalog/book/113>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BARROS, Ana Paula Oliveira. Resistências aos discursos hegemônicos nas HQs: o olhar das quadrinistas latino-americanas acerca dos gêneros e das sexualidades. **Revista TOMO**, v. 42, p. e18653-e18653, 2023. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/305f/19a25c69a98f92fd2edb3b3f5bb6d075ea82.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BASSI, Ingrid Gomes. Perspectiva socioambiental no discurso jornalístico do site da Agência Amazônia Real. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 3, p. 0107-0121, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5073/a978172d45340024efa56762e8ce5da06fe8.pdf>. Acesso em: 16 de fev. 2026.

BELTRÃO, Jane Felipe; BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco; ALEIXO, Mariah Torres. Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 1, p. 592-615, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/8cLB88FLL9pSpSh3NBMptnx/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2026.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O jornalismo, ator social colonizado e colonizador. **Curitiba: CRV**, 2023

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista; CARDOSO, L.R. Com quantas reportagens se faz uma presidenta? uma análise comparativa da construção midiática em torno de Dilma Rousseff e Cristina Fernández. Em Tese, v. 20, n. 1, p. 230, 20 Oct. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4983>. Acesso em: 16 fev. 2026.

COSTA, Vânia Maria Torres. A Amazônia ‘nossa’ de cada dia no jornalismo de TV. **Intexto**, n. 52, p. 91822-91822, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/91822>. Acesso em: 15 fev. 2026.

COSTA, Vânia Maria Torres *et al.* *À SOMBRA DA FLORESTA*. . [S.l: s.n.]. , 2011

COSTA DE SOUZA, Jheuren Karoline. MULHERES INDÍGENAS E DITADURA MILITAR BRASILEIRA. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 343, 2018. DOI: 10.22456/1982-6524.83445. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/83445>. Acesso em: 16 fev. 2026.

DE FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy; DOS SANTOS, Joelma Viana. “VIZINHAR” E DESCOLONIZAR A COMUNICAÇÃO NA (S) AMAZÔNIA (S): ENTREVISTA DE JOELMA VIANA DOS SANTOS COM GUILHERME GITAHY DE FIGUEIREDO. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 5, n. 1, p. 238-250, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/56530>. Acesso em: 15 fev. 2026.

DE MELO, Carlos Augusto; DA SILVA FILHO, Joel Vieira. Subalternas nunca mais! O grito decolonial das escritoras indígenas brasileiras. **Caderno Seminal**, n. 39, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/58918>. Acesso em: 16 fev. 2026

DE OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães et al. Emergência indígena: comunicação de resistência na pandemia de Covid-19. **Novos Cadernos NAEA**, v. 26, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/15203/10458#page=63>. Acesso em: 16 fev. 2026

ESTEVES, L. Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais: diálogos sobre (de) colonialidades e resistências comunicativas. **Belém: Universidade Federal do Pará**, 2022.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1989.

IJUIM, Jorge Kanehide. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo. **Pauta Geral**, v. 10, n. 1, p. 8, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9512624> Acesso em: 14 fev. 2026.

JAVORSKI, Elaine; ALENCAR, Quezia. JORNALISMO ATIVISTA NA AMAZÔNIA: as narrativas de Eliane Brum. **Brazilian journalism research**, v. 19, n. 3, p. e1606-e1606, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1606>. Acesso em: 14 fev. 2026.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita**. Tradução de Artur Morão. Disponível em: https://lusosofia.ubi.pt/textos/kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

LAGO, Claudia; GONÇALVES, Gean Oliveira; KAZAN, Evelyn Medeiros. Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia. **Pauta Geral**, v. 10, n. 2, p. 126-143, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9512611>. Acesso em: 16 fev. 2026.

LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza María Tourinho. LOOSE, Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v58i0.75877>. Acesso em: 16 fev. 2026.

LOOSE, Eloisa Beling; KOLLING, Patrícia; CAPELETTI, Janaína. Jornalismo ambiental e decolonialidade: um foco em outras vozes. **Diretrizes Gerais-Estudos em Jornalismo**, v. 10, no. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21854>. Acesso em: 16 fev. 2026.

LOPES, Rafael. Entre ausências e emergências ENTRE. **Pensata** Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 7, n. 1, 6 Jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/pensata.2018.v7.10104>. Acesso em: 16 fev. 2026.

LUGONES, María; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MELO DA SILVA, D. K.; SOUZA AGUIAR, C. E. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21894. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21894>. Acesso em: 16 fev. 2026.

MENDES, Francielle Maria Modesto. Jornalismo e representações: um estudo sobre os povos indígenas no G1/Acre (2013 a 2018). **Moara**—Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, n. 54, p. 395-411, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/8122/0>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&form>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MORAES, Fabiana. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 1, p. 84-97, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n1p84>. Acesso em: 16 fev. 2026.

MORAES, Fabiana; MAIA, Marta. O jornalismo deve contribuir para a ruptura do sistema. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 1, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.e82519>. Acesso em: 14 fev. 2026.

OLIVEIRA, Simone Santos; PORTELLA, Sergio; KATONA, Laura Luna. Interseccionalidade e rupturas dos modos de vida pelos rompimentos de barragem: reflexões a partir de uma mídia em aderência. **Reciis**, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i2.2326>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA SOARES, Jéssica Aline; MEDINA MENDONÇA, Simone de Araújo; RAMALHO-DE-OLIVEIRA, Djenane. Cadê a nossa fitoterapia tradicional brasileira? Uma escrivência autoetnográfica sobre saberes tradicionais, racismo e colonialidades. **Saúde em Redes**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 4719, 2025. DOI: [10.18310/2446-4813.2025v11n2.4719](https://doi.org/10.18310/2446-4813.2025v11n2.4719). Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/4719>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

TAVARES, Denise. Contribuições de Dois Documentários Latino-Americanos Para uma Percepção Ampliada das Mudanças Climáticas a Partir de uma Leitura Decolonial. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e024008, 2024. DOI: 10.21814/rlec.5469. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/5469>. Acesso em: 16 fev. 2026.